

# INTERMITÊNCIA E DESCONTINUIDADE: EIS O CENÁRIO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL<sup>1</sup>

Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Júnior<sup>2</sup>  
Marjana Feltrin Chaves<sup>3</sup>

## RESUMO

A pesquisa empreendida consiste em apontar as reformas ocorridas no ensino secundário e, o contexto no qual emergiram. A temporalidade estudada inicia-se no ano de 1891, nomeadamente com a Reforma de Benjamin Constant, que pautou pela primeira vez a possibilidade da Sociologia permear o currículo escolar. E, o levantamento, se encerra com o Golpe de 64, que banuiu totalmente a disciplina dos programas de ensino e foi um entreposto para o avanço da Sociologia enquanto ciência, já que, muitos intelectuais foram cassados e presos. O artigo trata-se de uma investigação bibliográfica, usando-se livros, revistas, teses, dissertações e periódicos. Os dados levantados são secundários, nos quais foram utilizados de modo a tecer uma rede de ideias entre os autores. Pode-se atestar, no transcorrer da pesquisa, que a Sociologia enquanto cadeira das escolas brasileiras, foi marcada por constante instabilidade, por ora se fazia presente e atuante no currículo e, em outros momentos foi totalmente desqualificada e banida das salas de aula.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário; Sociologia; Reformas.

## ABSTRACT

The research undertaken is to point out the reforms that have taken place in secondary education and the context in which they emerged. The temporality studied starts in 1891, notably with the reform of Benjamin Constant, who guided the first time the possibility of sociology permeate the school curriculum. In addition, the survey ends with the coup of 64, which completely banned the discipline of educational programs and was a warehouse for advancing sociology as a science, since many intellectuals were deposed and arrested. Article it is a bibliographical research, using books, magazines, theses, dissertations and periodicals. The data collected are secondary, in which were used in order to weave a network of ideas among authors. Can attest, during the study, that sociology as chair of the Brazilian schools was marked by constant instability, for now it was present and active in the curriculum and, at other times was totally disqualified and banned from classrooms.

Keywords: Secondary education; Sociology; Reforms.

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui expresso foi elaborado com a finalidade de concluir-se a Pós-Graduação em *Ensino de Sociologia no Ensino Médio* ofertada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com pólo localizado na cidade de Santa Maria/RS. O artigo é parte decisiva para o término da especialização e de suas respectivas cadeiras. O tema a ser tratado permeia entre as políticas reformistas no ensino secundário e do contexto nos quais foram promovidos. A temporalidade gira em torno dos idos de mil e oitocentos, até o ano de 1964 com o Golpe que promoveu a ditadura civil militar.

A oscilação entre permanência e ausência da Sociologia na grade curricular brasileira, é um dilema que se inicia no final do século XIX. Desta feita, a Sociologia

---

1 Trabalho de Conclusão de Curso PG-E em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

2 Professor orientador do Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail - [arthur.coelho@gmail.com](mailto:arthur.coelho@gmail.com).

3 Aluna do Curso Curso PG-E em Ensino de Sociologia no Ensino Médio, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail – [marjana.feltrin@gmail.com](mailto:marjana.feltrin@gmail.com).

acompanhou as mudanças ocorridas no país pós-escravidão, especificamente a “consolidação da república, [o] processo modernizador proposto por Getúlio Vargas, a ditadura militar e [a] redemocratização do país” (SANTOS, 2011, p. 19).

Em períodos democráticos a Sociologia se faz presente no programa escolar e no cotidiano dos discentes na educação básica, contudo, em tempos autoritários ela se mostra ausente deixando uma lacuna de conhecimento e de criticidade. Por conseguinte, está assertiva não deve ser vista isoladamente, existindo fatores determinantes, a exemplo da formação de uma burocracia educacional que administre o currículo nacional.

A cronologia aqui escolhida serve para mapear a situação história da Sociologia no Brasil, de modo a possibilitar o leitor a situar-se temporalmente e observar o contexto no qual os acontecimentos se deram. É importante frisar que cronologias são formadas a partir da interpretação, da ideologia e, das escolhas do sujeito, criando-se, portanto uma versão entre tantas possíveis.

A pesquisa trata-se de uma sondagem bibliográfica, onde foram recorridos aos livros, mas, sobretudo, pesquisaram-se em revistas, teses e dissertações. Tais leituras compõem o chamado “estado da arte” ou “estado de conhecimento”, que são definidas como de caráter bibliográfico. Elas parecem trazer em comum o “desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares” (FERREIRA, 2002, p. 257).

## **1 O PANORAMA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA: a constante oscilação entre o banimento e a obrigatoriedade**

A primeira vez que foi posto em pauta o tema da Sociologia na educação brasileira, seja ela obrigatória ou opcional, data-se do ano de 1891. Por iniciativa do então Ministro da Instituição Pública, Benjamin Constant<sup>4</sup>, buscou-se fazer uma Reforma na educação Brasileira. “Neste ano, foi criada a cadeira de ‘Sociologia e Moral’ que ia ser ministrada nos últimos anos do ensino secundário, como síntese da evolução das ciências estudadas nos anos anteriores” (MORAES, 2013, p. 51). Benjamin Constant foi militar, matemático e possuía inclinações positivistas, desta feita, foi um grande disseminador das teorias propostas por Augusto Comte<sup>5</sup>. E, com base nos preceitos da evolução social de Comte, a República instauraria uma sociedade assente na ciência, e não nos valores religiosos talhados pelo regime imperial.

Com a instalação da República, no final do século XIX, a reforma educacional pretendida por Benjamin Constant objetivava a formação do adolescente como cidadão da nova configuração política brasileira. Esse agora, cidadão da República, deveria ter como prioridade a educação para o exercício da cidadania e não apenas como preparatória para o ensino superior. Era necessário formar indivíduos conscientes de seu papel ou função dentro desse novo país (SANTOS, 2011, p. 19 e 20).

Entretanto, a reforma que entre outras coisas, tornava obrigatório o ensino da disciplina, nem chegou a vigorar “devido a desentendimentos entre o autor e o marechal-presidente, morrendo o ministro pouco depois de se iniciar o governo constitucional do qual nem fez parte” (MORAES, 2011, p. 361). Neste período a instrução pública se restringia a instituições federais e os Estados possuíam autonomia perante a educação.

Anterior a reforma supracitada, houve, na época do Brasil Império, uma tentativa proposta por Rui Barbosa, onde o projeto apresentado versava sobre a reestruturação do ensino. Nele constava a primeira proposta de inclusão da Sociologia no ensino secundário (MORAES, 2013). Se tivesse obtido êxito, o projeto iria substituir o Direito Natural pelo ensino de sociologia, mas nem chegou a ir para votação, perecendo no papel. (MORAES, 2011).

---

4 Foi o idealizador da expressão "Ordem e Progresso" da Bandeira brasileira, inspirado no ideal positivista do francês Augusto Comte, que pregava "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim" (E - Biografias. In: [http://www.e-biografias.net/benjamin\\_constant/](http://www.e-biografias.net/benjamin_constant/)).

5 O Positivismo é fruto da consolidação econômica da revolução pela burguesia, expressa nas Revoluções Inglesa, do século XVIII, e Francesa, de 1789. As ciências empíricas passaram a tomar frente às especulações filosóficas meramente idealistas, e Comte buscou a síntese do conhecimento positivo da primeira metade do século XIX, especialmente da física, da química e da biologia. A evolução dos conhecimentos das ciências naturais, o sucesso das descobertas e o controle das forças da natureza atraíram cientistas sociais, de tal modo que Comte deu o nome de “física social” às suas análises da sociedade (MORAES, 2013, p.52).

Apesar das iniciativas legais mal-sucedidas, a Sociologia começou a entrar nas escolas nos cursos complementares ou preparatórios e no curso normal, este de formação de professores primários. Nesses começos, o ensino de Sociologia tinha tanto um caráter cientificista quanto uma expectativa cívico-redentorista (MORAES, 2011, p. 361).

Em face ao sentido social provindo das Ciências Sociais, identificam-se dois períodos distintos, o primeiro refere-se ao autodidatismo iniciado no terceiro quartel do século XIX, com a conjuntura de desagregação da ordem social escravocrata. Por conseguinte, o segundo período, foi marcado pela frutificação da Sociologia. Tanto sob a forma de análise histórico-geográfica, como “sociológica do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social” (FILHO *apud* FERNANDES, 2005, p. 380).

Na década de 1920, emerge no Brasil a Sociologia de Cátedra, dada a criação das primeiras disciplinas de Sociologia em Escolas Normais. Auxiliava a pedagogia dentro da lógica democratizante do movimento reformista pedagógico, com maior expressão no chamado movimento da Escola Nova. (FILHO, 380). A nova concepção de educação, promovida pela Escola Nova, reflete em,

uma reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional, a atividade que está na base de todos seus trabalhos é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo. Na verdadeira educação funcional deve estar, pois, sempre presente, como elemento essencial e inerente à sua própria natureza, o problema não só da correspondência entre os graus do ensino e as etapas da evolução intelectual fixadas sobre a base dos interesses, como também da adaptação da atividade educativa as necessidades psicobiológicas do momento. O que distingue da escola tradicional a escola nova não é, de fato, a predominância dos trabalhos de base manual e corporal, mas a presença, em todas suas atividades, do fator psicobiológico do interesse, que é a primeira condição de uma atividade espontânea e o estímulo constante ao educando (criança, adolescente ou jovem) a buscar todos os recursos ao seu alcance, “graças à força de atração das necessidades profundamente sentidas”. É certo que, deslocando-se, por esta forma, para a criança e para seus interesses, móveis e transitórios, a fonte de inspiração das atividades escolares, quebra-se a ordem que apresentavam os programas tradicionais do ponto de vista da lógica formal dos adultos, para os pôr de acordo com a “lógica psicológica”, isto é, com a lógica que se baseia na natureza e no funcionamento do espírito infantil (AZEVEDO, 2010, p. 49 e 50).

Mais especificamente na cadeira de sociologia estudavam-se as problemáticas sociais da urbanização, as migrações, o analfabetismo e a pobreza. Mas, também, foi muito trabalhado a questão da miscigenação brasileira. A primeira fase da sociologia na escola brasileira se dá nos anos de 1928 a 1935. E, esta consolidação promove-se por inúmeros fatores. Bem como, os fatores decorrentes dos “conflitos e acomodações de povos e culturas diversas; o contraste entre as sociedades em mudança e as culturas *folk* remanescentes em toda a vasta extensão territorial; a variedade de paisagens culturais e a contemporaneidade ou

justaposição nas realidades concretas” (FILHO, 2005, p. 381). Além dos fatores levantados, salienta-se, que houve um avanço significativo nos estudos de Sociologia, graças ao desenvolvimento industrial e do comércio nos grandes centros do país.

O primeiro surto industrial, em 1918, em consequência da guerra mundial, as transformações da estrutura econômica e social que daí resultaram, e a revolução de 1930 que provocada por essas mudanças, contribuiu para intensificá-las repercutindo na esferas culturais, devem estar na origem da nova atitude crítica na mentalidade das elites novas, dos movimentos de renovação em diversos setores, como nas das letras e das artes, da educação e da política e do interesse crescente pelos estudos científicos das realidades sociais (FILHO, 2005, p. 381 e 382).

Percorrendo-se ainda os idos da década de 20, no ano de 1925, foi proclamada a Reforma Rocha Vaz<sup>6</sup>, na qual a “Sociologia passa a ser ministrada na 6ª série do curso ginasial, e os seus conhecimentos circunscritos às elites de bacharéis. Essa série escolar não era obrigatória para a conclusão do ensino secundário e inscrição em exames vestibulares” (MORAES, 2013, p. 55).

É interessante também notar que essa Reforma (1925), que, entre outras providências, institui a obrigatoriedade do ensino de Sociologia na escola secundária de então – cursos preparatórios e complementares –, foi concebida durante o governo talvez mais autoritário da chamada República Velha, o de Arthur Bernardes. O mesmo que, o logo depois, em 1926, faria a reforma da Constituição de 1891, centralizando o poder e legitimando as garantias e direitos do cidadão (limitação do *habeas corpus*, expulsão de estrangeiros indesejáveis, redução de vencimentos de juízes etc.) (MORAES, 2011, p. 365).

Neste mesmo ano (1925) ocorreu o surgimento da primeira instituição escolar a introduzir em seu currículo o ensino de sociologia, sendo promovido pelo Colégio Pedro II, localizado no Rio de Janeiro, tendo como professor Delgado de Carvalho. “Após três anos a disciplina passou a fazer parte de maneira obrigatória das escolas normais em todo Distrito Federal, ou seja, no Rio de Janeiro, capital da República, e da cidade de Recife-PE, tendo à sua frente Gilberto Freire e Carneiro Leão” (SANTOS, 2011, p. 20).

---

6 As diretrizes da reforma Rocha Vaz foram traçadas pelo *DECRETO N.º 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925* [...]. Do texto do Decreto destaca-se o *artigo 48, o parágrafo 2.º do artigo 54 e o parágrafo 3.º do artigo 207*.

Art. 48 – O conjunto de estudos do curso secundário integral compreende as matérias acima discriminadas distribuídas pelas seguintes cadeiras:

Português, até o 3º ano – 2 cadeiras. /Português, 4º e 5º anos – 2 cadeiras. /Francês – 2 cadeiras. /Inglês – 2 cadeiras. /Alemão – 1 cadeira. /Latim – 4 cadeiras. /Matemática – 4 cadeiras. /Geografia – 2 cadeiras. /História Universal – 2 cadeiras. /História do Brasil – 2 cadeiras. /Cosmografia – 1 cadeira. /Instrução Moral e Cívica – 1 cadeira. /Física – 2 cadeiras. /Química – 2 cadeiras. /História Natural – 2 cadeiras. /Filosofia – 2 cadeiras. /Literatura – Brasileira e das línguas latinas – 2 cadeiras. /Sociologia – 1 cadeira.

O *artigo 54* trata das condições para se conseguir o certificado de conclusão desse grau de ensino, constando no 2.º§ que “ao estudante que fizer o curso do 6.º ano e for aprovado em todas as matérias, que o constituem, será conferido o grau de bacharel em ciências e letras”. O *artigo 207* refere-se às orientações quanto ao preenchimento de vagas e critérios para as matrículas nos cursos superiores, definindo no 3.º§ que “entre os aprovados no exame vestibular, terão preferência para a matrícula, independente da ordem de classificação, os bacharéis em ciências e letras” (GUELFI, 2007, p. 15 e 16).

As primeiras “Cadeiras de Sociologia” do Colégio Pedro II, entre os anos de 1926 a 1928, foram dispostas em duas partes, sendo elas a Sociologia Theorica e Fontes Históricas da Sociologia. Abaixo, segue tabela 1 e a tabela 2 ilustrando os conteúdos trabalhados pelas duas disciplinas que compunham a grade curricular da escola.

**TABELA 1:** Sociologia Theorica.

|   |
|---|
| <b>SOCIOLOGIA THEORICA</b>  |
| <p><b>I</b> Definição e limites - A Sociologia é uma sciencia em formação.- Sua graduação na escala dos conhecimentos humanos. - Sociologia theorica e Sociologia pratica. - Estatística e dinamica, Philosophia da Historia.</p> <p><b>II</b> Methodos da Sociologia - A base da Sociologia é o estudo dos factos positivos da Historia. - Applicação da lei da casualidade. - Reducção dos factos ás leis da estatistica. - Difficuldade da experimentação. - Observação, comparação e classificação. - Concordancias e diferenças. - Caracteres da explicação historica. - Perigos da deducção em materia sociologica.</p> <p><b>III</b> Sophismas e erros. - Critica historica.</p> <p><b>IV</b> Constituição da família. - Estado primitivo de promiscuidade. - Polygamia e monogamia. - Matrimonio: indissolúvel ou sujeito ao divorcio. Situação dos filhos matriarcado e patriarcado. - Extensão e desenvolvimento do regime da familia; herança, seu caracter primitivamente religioso. Tentativas de volta ao regime da promiscuidade: o phalansterio. - Tendencia mundial para a monogamia.</p> <p><b>V</b> Formação das sociedades humanas. - Humanidade gregaria. - A tribu. - Condições necessárias para a fixidez. - A cidade. - A nação. - Os imperios.</p> <p><b>VI</b> O Estado. - Formas do governo; monarchia, aristocracia, democracia; monarchia absoluta, republica, governos constitucionaes. - Divisão dos poderes executivo, legislativo, judiciario. - Funcções do Estado: Internas (policia, justiça, burocracia, economia - moeda, regularização dos contractas, communicações, transportes, commercio, instrucção). Externas (defesa, relações internacionaes). -Abuso do estatismo. - Centralização e decentralização.</p> <p><b>VII</b> Mysticismo das collectividades. - Dualidade do homem egoista e social. - Interesses e deveres revestem-se de fé mystica. - Genese dos sentimentos collectivos: patriotismo, justiça. - A guerra. - As religiões e o Estado.</p> <p><b>VIII</b> Trabalho, propriedade, riqueza. - Communismo primitivo. - Individualismo e collectivismo. - Regime agrario. - Regime industrial. - Escravidao, servidão, trabalho livre - Federações syndicalistas. - Socialismo de estado. - Communismo doutrinario.</p> <p><b>IX</b> Systemas sociologicos. - Sociologia materialista e empirica; sociologia especulativa e teleologica. - Exemplos da systematisação: Republica de Platão. - O contracto social, Saint-Simonismo. Sociologia de Augusto Comte. - Marxismo. - A Sociologia como arte. - Dificuldades das applicações praticas.</p> |

Fonte: (GUELF, 2007, p. 17)<sup>7</sup>.

**TABELA 2:** Fontes históricas da Sociologia.

|  |
|--|
| <b>FONTES HISTÓRICAS DA SOCIOLOGIA</b>   |
| <p><b>X</b> Formação e evolução da civilização mediterranea. - Origens asiaticas. - Civilização egypcia. - Transição phenicia e egea. - Caracteres geraes da civilização mediterranea. Dissidencia judaica.</p> <p><b>XI</b> Caracteres da civilização grega. - A familia, a educação. situação da mulher. - A cidade, suas bases religiosas; sua extensão; colonias. — Solidariedades e rivalidades; Amphyctionais. — A religião. — As organizações políticas. — Contrastes da civilização grega e da civilização oriental. — O choque do V seculo. — A decadencia.</p> <p><b>XII</b> A civilização romana. — A organização familiar. — Rivalidade das classes e tendencia para o equilibrio.</p> |

<sup>7</sup> GUELF, Wanirley Pedroso. **O MOVIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR ENTRE 1925 E 1942: as reformas do Secundário e os Programas de Ensino do Colégio Pedro II.** Mediações, Londrina, v.12, N.1, p. 11 – 30, jan/jun. 2007.

— As lutas agrarias e a constituição do latifúndio. — Augusto e seus esforços para a volta ás tradições. — Evolução da cidade para o imperialismo mundial. — Poder e flexibilidade do direito romano. — Motivos da decadencia.

**XIII** O advento do christianismo. Sua evolução nos Ires primeiros seculos e sua adaptação ao regime social que acaba dominando. A absorpção dos barbaros na civilização mediterranea.

**XIV** A Idade Media e o regime feudal. — A constituição das grandes nacionalidades. — O equilibrio dos dois gladios. — A lucta do espiritual e do temporal. — A tendencia para o absolutismo politico.

**XV** Causas da Renascença. — Resultados economicos e políticos das descobertas maritimas. — Modificações nas crenças. — O Humanismo. — A Reforma. — O triumpho do absolutismo. — O tradicionalismo familiar e religioso.

**XVI** O Seculo XVIII e o encyclopedismo. — As novas concepções sociaes. — A crise revolucionaria e a dictadura imperial. — A reação tradicionalista. — A victoria da democracia.

**XVII** Revolução economica do seculo XIX. — A grande indústria e o poder da burguesia. — A lucta proletaria.

**XVIII** A crise de 1914. — A anarchia economica e social contemporânea. — Tendencia para o indúidualismo na familia e o socialismo no estado. — A experiencia russa. — Resultados da política colonial do ultimo seculo. — O esforço para a criação de uma moral internacional.

**XIX** Canalisação da civilização mediterranea na America Latina —Mentalidade dos descobridores e conquistadores. — O aniquilamento das duas grandes civilizações autochonas. — O monopólio administrativo e commercial das metropoles. — A evolução da familia no Novo Continente. — Formação economica do espírito nativista —Sua eclosão mystica. — Sua realização revolucionaria. — Seu desenvolvimento realista e pacifico. — Filiação mental ao espírito europeu na procura da originalidade nacional, esthetica e social

**XX** Originalidade da formação brasileira. — A influencia do meio extenso e variado. — Organização da produção colonial; escravisação india do typo duro e negra do typo branco e familiar. — O movimento constitucional do XIX seculo que redundou na criação de uma monarchia americana já anachronica. — A transformação republicana e federativa. — Situação actual no concerto mundial.

*Fonte:* (GUELF, 2007, p. 18)<sup>8</sup>.

Com os indicativos demonstrados nas tabelas 1 e 2, observa-se que naquele dado contexto histórico, mesmo em busca de uma identidade e de um campo de atuação próprio, a Sociologia recorria a materias e conteúdos já consolidados por outras disciplinas afins, das quais já possuíam uma solida presença nos currículos escolares no Brasil.

Aponta-se que nesta década ainda não existiam muitos professores de Sociologia, por conseguinte, a disciplina era ministrada por profissionais de outras áreas, nomeadamente, por médicos, advogados e engenheiros (MORAES, 2011).

É de suma importância, assinalar, no âmbito intelectual e de produção científica, que os estudos anteriores ao ano de 1928 na área da Sociologia e Antropologia, restringiam-se basicamente aos estudos das tribos indígenas e, estes levantamentos eram elaborados por intelectuais alemães e por estudiosos de outros países. Desta forma, tinha um caráter expedicionário. E, sob ingerência destes pesquisadores iniciam-se os estudos “de Antropologia Física e Cultural tendo por temática principal os negros e as culturas africanas no Brasil, destacando-se autores a rigor de, Batista Lacerda, Nina Rodrigues e Roquette Pinto” (FILHO, 2005, p. 379). Estes estudos tanto dos indígenas, quanto dos negros, trilharam o caminho para a institucionalização do ensino e da pesquisa no âmbito sociológico.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 18.

A alienação da Sociologia brasileira decorre de que ela não é, em regra, fruto de esforços tendentes a promover a autodeterminação de nossa sociedade, sendo que o sociólogo brasileiro tem realmente assumido uma atitude perfeitamente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto nacional e em função deste nos interpreta. A inautenticidade “é o que resulta de todas as características anteriores”, pois, “o trabalho sociológico, em nosso país, não se estriba em genuínas experiências cognitivas”, sendo que, “em larga escala, as categorias e os processos que o sociólogo indígena usa são recebidos, por ele, pré-fabricados” (FILHO, 2005, p. 393).

A década de 1930 sinalizou um momento de expansão das Ciências Sociais no Brasil, desta forma, a Sociologia passa a ocupar um espaço cada vez mais importante no cenário da educação, passando a ser institucionalizada na escola média. Nesta época, foi criado o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com um ensino de cunho técnico, e, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Ambas as instituições, foram criadas pela elite paulista com a finalidade de, suprir a falta de “uma elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos, a par das instituições e conquistas do mundo civilizado, capaz de compreender antes de agir no meio social em que vivemos” (FILHO *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 383).

No ano de 1931, no governo do então presidente Getúlio Vargas, desencadeou-se uma significativa reforma na educação, a chamada Reforma Francisco Campos, que:

estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, desta forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização (DELLABRIDA, 2005, p. 185).

Ao término da década de 30, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública que intensificou e deu tonicidade a nação como um Estado educador. É essencial sobrelevar, que por ensino secundário entende-se, o nível de escolarização entre o curso primário e o ensino superior, que, a partir, da reforma citada, passou a ter a duração de sete anos e dois ciclos (DELLABRIDA, 2005).

A reforma Francisco Campos foi marcada pela alta seletividade. E, o ensino enciclopédico estava “aliado ao rígido sistema de avaliação, controlado, exigente e exagerado. Existia uma média de 102 disciplinas anuais, e para cada uma delas era previsto, como avaliação: uma arguição mensal, uma prova parcial a cada dois meses e um exame final” (MORAES, 2013, p. 55). Totalizavam-se em um ano letivo 130 provas e exames.



Foi na década de 1930 que emergiu a Sociologia Científica que buscava por meio do paradigma estrutural-funcionalista a institucionalização e prática do ensino e pesquisa aos moldes dos países centrais. Usou-se da Teoria da Modernização, na qual se analisava o processo de transição da sociedade tradicional para a moderna.

Os teóricos da modernização, trabalhando em diversos centros de pesquisa, “*think tanks*” e prestigiosos departamentos de importantes universidades americanas, criaram um coerente e muito influente “*corpus*” de idéias e doutrinas. Ao serem confrontados com a diversidade do terceiro mundo eles presumiram que estas sociedades estariam destinadas a passar pelas mesmas transformações pelas quais passaram as sociedades do ocidente industrializado. Criaram assim uma estrutura conceitual perpassada pela fé no progresso, na possibilidade de todos os povos alcançarem a modernidade (RIBEIRO, 2006, p. 155).

Por conseguinte, está teoria concebe o “processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna” (FILHO, 2005, p. 386). É interessante salientar que as conjunturas do pós-guerra, a Revolução de 1930, entre outros acontecimentos, propiciaram uma mudança cultural bastante significativa. Influíram na mentalidade da nova elite, nas letras, nas artes, na educação, na política e propeliu os estudos científicos das realidades sociais.

Na década de 40 ocorreu a Reforma Capanema<sup>9</sup>, também nomeada como Leis Orgânicas do Ensino que por meio do – “Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 – o secundário passa por outra mudança, e as diretrizes traçadas alteraram os programas de ensino. Nessas alterações, a Sociologia foi excluída como disciplina obrigatória” (GUELFY, 2007, p. 23 e 24). A obrigatoriedade da disciplina de Sociologia durou de 1925-1942. Redefiniu-se a estrutura organizacional da educação secundária, dividindo-o em duas partes: o ginásial com duração de 4 anos e o colegial com extensão de 3 anos. Para um e outro, valia-se do modelo clássico ou científico de ensino.

---

9 Estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI [...]. Foram esses os decretos-lei: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

Em 1946, já no fim do Estado Novo e durante o Governo Provisório, a Lei Orgânica do Ensino Primário organizou esse nível de ensino com diretrizes gerais, que continuou a ser de responsabilidade dos estados; organizou o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes a partir dos 13 anos e adultos; a legislação de ensino organizou também o ensino normal e o ensino agrícola e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Nesse momento o Ministério da Educação estava a cargo de Raul Leitão da Cunha. Foram esses os Decretos-lei: Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional; Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal; Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC; Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola (Histedbr. In: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_reforma\\_capanema.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_capanema.htm)).

A exclusão da Sociologia do currículo prende-se menos a preconceitos ideológicos e mais à indefinições do papel dessa disciplina no contexto de uma formação que se definia mais orgânica, resultado do estabelecimento de uma burocracia mais técnica e mais exigente ou convicta em relação à concepção de educação (MORAES, 2011, p. 365).

O Ministro Gustavo Capanema alegava que a Sociologia era uma matéria de cunho preparatória e não-formativa. E o banimento veio de encontro com os objetivos autoritários do Governo de Getúlio Vargas, que almejava formar o indivíduo “com espírito patriótico e cívico, cabendo às disciplinas atender a essa tal realidade. Assim, a formação dos alunos ficaria, então, ao cargo de disciplinas como educação física e militar para meninos, e educação moral, cívica e religiosa para todos” (SANTOS, 2011, p. 20). Desta maneira, salienta-se que:

A Educação Física é definida como “prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de 21 anos” (art. 19); a Educação Militar é facultada para os alunos do sexo masculino, sendo suas diretrizes fixadas pelo Ministério da Guerra (art. 20); a Educação Religiosa é considerada “parte integrante da educação da adolescência, sendo permitido aos estabelecimentos incluí-la nos estudos de primeiro e segundo ciclos, de acordo com os programas e regime didático definidos pela autoridade eclesiástica (art. 21) (ZOTTI *apud* BRASIL, s/a, s/p).

A estas atividades educativas, cumprem um importantíssimo papel ideológico no contexto do regime ditatorial do Estado Novo. A Educação Militar “aliada a Educação Moral e Cívica refletiu a influência nazi-fascista, tendo em vista o regime político vigente no país, bem como uma necessidade em função do ingresso do Brasil, neste mesmo ano, na Segunda Guerra Mundial, em defesa da ‘democracia ocidental’”(ZOTTI, s/a, s/p).

Em geral, as Ciências Sociais ocupam um lugar “a margem” da hierarquia dos saberes e práticas pedagógicas. Como vivemos em um mundo com a forte presença de sociedades individualistas, materialistas e competitivas, a sociologia esbarra em obstáculos dos valores culturais. Conseqüentemente, a sua aceitação é mais impenetrável. Retomando a questão da obrigatoriedade e ou total “sumiço” da Sociologia, destaca-se que:

Na escola, essa ausência histórica se reflete não só na falta de professor e na dificuldade de encontrar estratégias pedagógicas adequadas, mas na limitada “legitimidade” da mesma no interior do espaço. A obrigatoriedade tem se imposto, frequentemente, muito mais como uma exigência legal, de cima para baixo, do que uma necessidade pressentida pela comunidade escolar na construção de uma formação mais humanista [...]. Nesse processo histórico de banimento da sociologia dos currículos escolares, essa disciplina foi convertida numa espécie de “conhecimento maldito”. Um conhecimento maldito não é propriamente um saber inferior, que ocupe ou deve ocupar posições inferiores na hierarquia dos saberes. Ele é definido como um “conhecimento perigoso”, que sequer deve integrar o quadro de conhecimentos e saberes reconhecidos (VARGAS, s/a, p. 4 e 5).

Esse chamado conhecimento perigoso, é um promotor de conhecimento crítico e de contestação dos limites impostos pela sociedade e pelo governo. Por isso, de sua intermitência, em governos autoritários e de cunho repressores. E, crucial apontar que o governo autoritário do Estado Novo era marcado pelo dualismo da sociedade, sendo, de um

lado, uma *sociedade tradicional*, rural, estagnada, de relações primárias, com conceitos de “comunidade”, iletrada e, religiosa; e de outro, uma *sociedade moderna*, urbano-industrial, dinâmica, com relações secundárias, em conceito de “sociedade”, letrada e, secularizada (FILHO, 2005).

Os empecilhos impostos pelo governo mão de ferro de Getúlio Vargas barraram o florescimento das atividades de ensino e pesquisa em Sociologia. Contudo, dada a redemocratização no ano de 1945 e na modernização político-ideológica das décadas de 50 e 60, criaram-se um campo profícuo para expansão das atividades de cunho sociológico. Os anos 50 “foram marcados também pelo surgimento da proposta de uma ‘Sociologia Autêntica’, nacionalista, que buscava contribuir para o processo de libertação nacional” (FILHO, 2005, p. 386). Ainda nos idos dos anos 50, estudavam-se temas como, população, imigração e colonização, educação, história social, Direito, Ciência Política, sociologia rural e urbana. Nesta fase, despontou-se como um grande expoente, o estudioso Florestan Fernandes, que naquele dado momento era o diretor da Escola de Sociologia Paulista.

Especificamente no ano de 1954, Florestan Fernandes abre debates à cerca da disciplina no currículo secundário. E, o principal elemento apresentado nos círculos de discussões foi em relação às dificuldades de introduzir a disciplina na escola normal, por conta de seu caráter “informativo”, “enciclopédico” e “superficial”. Primou-se por debater-se a “conveniência de mudar a estrutura do sistema educacional do país e a conveniência de aproveitar, de maneira mais construtiva, as ciências humanas no currículo da escola secundária” (MORAES, 2011, p. 372).

Foi também na década de 50 e início da década de 60 que a sociologia viveu uma crise de diversificação e de atuação no âmbito escolar, ainda não tendo o seu retorno obrigatório na escola básica, mantinha-se banida. Este período caracterizou-se pela crise institucional, tanto da Sociologia, quanto das Ciências Sociais em um todo. Pois estavam sobre o julgo da repressão, tortura e frequentes prisões. A primeira LDB, n. 4.024/1961, não sinalizou nem promulgou o retorno da sociologia, e, também não apresentou mudanças significativas a Reforma Capanema. Sendo a Sociologia uma matéria opcional e excluída do currículo nacional. Para que essa LDB fosse promulgada, levaram-se 13 longos anos (MORAES, 2011).

Entre os anos de 1961 a 1964, o Brasil ficou sob a governança do presidente João Goulart, no qual se viu dentro de um novo contexto político-social caracterizado com

uma intensa crise econômico-financeira; constantes crises político-institucionais; crise do sistema partidário; ampla mobilização política das classes populares paralelamente a uma organização e ofensiva política dos setores militares e

empresariais [...]; ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo e um inédito acirramento da luta ideológica de classes (TOLEDO, 2004, p. 13).

O governo de João Goulart era visto por muitas partes como um regime corrupto, inflacionário e subversivo. Em decorrência disso, um golpe seria a forma mais “correta” de banir essas “ameaças”. As classes dominantes e suas “elites ideológicas e repressivas, no pré-64, apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunização do país diante de legítimas iniciativas dos operários, camponeses, estudantes, soldados e praças (TOLEDO, 2004, p. 15).

Com o Golpe de 64, a Sociologia e a Filosofia somem do currículo e, são substituídas por Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSPB). O período de Golpe inaugura um ciclo de autoritarismo, “também chamado de ciclo do novo autoritarismo, caracterizado pela transformação dos estados desenvolvimentistas-populistas da região em estados burocrático-autoritários” (FILHO, 2005, p. 394). Neste momento, a Sociologia em uma profunda recessividade.

Em decorrência da conjuntura nacional (já mencionada) e mundial, refletindo o processo de “revolução industrial” e nacional, ocorridas nos anos 50 e 60 do século XX. Os intelectuais do ISEB<sup>10</sup> criaram a interpretação nacional-desenvolvimentista, tanto do Brasil, quanto da América Latina. Concomitante, os intelectuais do CEPAL<sup>11</sup> produziram a crítica da lei das vantagens comparativas, que fundamentava à política de industrialização, também formularam a teoria estruturalista da inflação. Ambas as instituições, legavam o subdesenvolvimento, não apenas em decorrência da colonização, mas conjuntamente aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários. Entendiam que o desenvolvimento proveria de uma estratégia nacional definida pela participação das burguesias e dos técnicos do Estado (BRESSER-PEREIRA, 2005).

Em detrimento do Golpe veio a calhar no fechamento do ISEB em 1964, pelo regime militar e, no ano de 1969, sucede as cassações dos cientistas sociais. O ambiente universitário é afetado com a repressão cultural-educacional restringindo as condições de exercício profissional (FILHO, 2005).

No ano de 1969 deu-se a Reforma Universitária que introduziu um novo sistema departamental e de regras para a carreira do terceiro grau. Valendo-se, também, para os cursos

---

10 O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro) foi um grupo de intelectuais de várias origens e especialidades que, durante os anos 50 no Rio de Janeiro, desenvolveu uma visão coerente e abrangente do Brasil, e do seu processo de industrialização e desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 3).

11 A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas) irá se tornar, a partir de 1949, a origem do pensamento econômico estruturalista latino-americano (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 4).

de pós-graduação, não se restringindo apenas a graduação. Mediante a todas essas mudanças, surgem novas abordagens, tais como: a Teoria da Dependência, que se diferencia de uma versão estacionista e uma “versão do desenvolvimento dependente, e a abordagem do Novo Autoritarismo que, aceitando os pressupostos da Teoria da Dependência, busca aprofundar suas aplicações através da análise da especificidade da dinâmica política em situações dependentes” (FILHO, 2005, p. 400). A Teoria da Dependência é muitas vezes confundida com a Teoria do Imperialismo, mas são conceituações diferentes. Observa-se que,

a teoria da dependência definiu-se de forma distinta da teoria do imperialismo por atribuir a responsabilidade do subdesenvolvimento mais às elites locais dependentes, incapazes de serem nacionais e menos (em diversas medidas) à capacidade do centro imperial de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia. Finalmente, para ficar clara a distinção entre a teoria da dependência e a teoria do imperialismo, é preciso assinalar que a primeira, ao contrário, da segunda, é uma teoria originalmente marxista (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 16).

A teoria da dependência possuiu três versões, sendo elas: a *teoria original*, a *teoria da dependência associada* e a *teoria nacional dependente*.

Para as três vertentes da teoria da dependência, a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo estava presente, mas enquanto, no caso da versão da super-exploração imperialista, o desenvolvimento é impossível, e, na vertente da dependência associada, só é possível de forma subordinada ou associada, na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 21).

Eis então contexto no qual a Sociologia foi totalmente retirada do currículo nacional, de modo a atrasar o desenvolvimento intelectual, as pesquisas, o crescimento da disciplina enquanto ciência e, principalmente nestes longos anos ficou-se uma enorme lacuna de sua ausência e sua profunda criticidade. Portanto, a Sociologia no cenário brasileiro foi sempre marcada pela sua descontinuidade. É importante fazer-se notar que o ensino público no âmbito geral das disciplinas, esbarra na questão econômica, para reduzir gastos e dificilmente são contratados professores com formação específica em sociologia. Aproveitando-se e remanejando-se docentes de outras áreas. Esta atitude perante a educação ocasiona desvalorização profunda, tanto das Ciências Sociais, quanto no panorama da educação brasileira, que é insipiente e precária (VARGAS, s/a).

## **CONCLUSÃO**

Como foi visto no decorrer do texto, pode-se observar que a Sociologia no Brasil atuou na maioria das vezes como um ensino deixado de lado, marginalizado e, banido dos currículos. Isso se deveu a inúmeros fatores, a exemplo, das políticas reformistas excludentes e dos governos autoritários que com mãos de ferro, retiraram dos programas as matérias das quais lhes podia haver algum questionamento à cerca de seus governos e de suas atuações.

Mas, por vezes, se fizeram presentes e atuantes, agindo como promotora de conhecimento e de questionamentos à cerca, do contexto vigente, e das políticas nacionais e internacionais. Fazendo uso de teorias já estabelecidas por outras disciplinas, ou até mesmo por outras áreas. E, produzindo uma carga teórica própria das realidades locais.

## REFERÊNCIAS

### a) Livros:

MORAES, Amaury C. Organizador. **Curso de especialização em ensino de sociologia: nível médio: módulo 1**. Cuiabá, MT: Central de Texto, p.110, 2013.

### b) Periódicos:

AZEVEDO, Fernando de. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **DO ISEB E DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA**. Paper a ser publicado em livro organizado por Caio Navarro de Toledo, 50 anos do ISEB. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

DELLABRIDA, Norberto. **A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n.2, p. 185-191, mai/ago. 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, nº79, agosto/2012.

FILHO, Enno D. Liedke. **A SOCIOLOGIA NO BRASIL: HISTÓRIA, TEORIAS E DESAFIOS**. Sociologias, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul/ dez 2005, p. 376-437.

GUELFY, Wanirley Pedroso. **O MOVIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR ENTRE 1925 E 1942: as reformas do Secundário e os Programas de Ensino do Colégio Pedro II**. Mediações, Londrina, v.12, N.1, p. 11 – 30, jan/jun. 2007.

MORAES, Amaury. **Ensino de sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 85, set/ dez 2011, p. 359-382.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Teoria da Modernização, a aliança para o processo e as relações Brasil - Estados Unidos**. Perspectivas, São Paulo, 30: 151-175. 2006.

SANTOS, Renata Oliveira. **A SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR: do passado ao presente**. Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM. N.24, mai/ jun /jul / ago 2011, p. 18- 25.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O GOLPE CONTRA AS REFORMAS E A DEMOCRACIA**. REVISTA Brasileira de História. São Paulo, v.24, n. 74, 2004, p. 13-28.

### c) Dissertações e teses:

VARGAS, Francisco E. Beckenkamp. **O ENSINO DA SOCIOLOGIA: dilemas de uma disciplina em busca de reconhecimento**. UFPEL, p.1-13.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ENSINO SECUNDÁRIO NAS REFORMAS FRANCISCO CAMPOS E GUSTAVO CAPANEMA: um olhar sobre a organização do currículo escolar**. UnC e UNICAMP.

### d) Informação ou texto obtido da internet:

E - Biografias. In: [http://www.e-biografias.net/benjamin\\_constant/](http://www.e-biografias.net/benjamin_constant/), acesso em 12 de dezembro de 2015.

Histedbr. In: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_reforma\\_capanema.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reforma_capanema.htm), acesso em 11 de dezembro de 2015.